

A TERCEIRA MISSÃO DA UNIVERSIDADE. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (I&D+I), FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Eduardo Moreira Dias¹

RESUMO: Desde suas origens até a atualidade, a Universidade sempre foi confrontada com a necessidade de mudar. Os momentos históricos demonstram as relações de causalidade, especialmente no que refere às mudanças na concepção e ideologia dos Estados e ao conjunto de fatores socioeconômicos e políticos preponderantes para tais transformações. Por conseguinte, ao longo do tempo, as Universidades foram assumindo missões para além das atividades de ensino. Inicialmente foram incorporadas as atividades de pesquisa/investigação científica e mais tarde as atividades de extensão, os serviços à sociedade, o que veio a ser denominado como a Terceira Missão da Universidade. Este artigo aborda as principais questões pertinentes ao tema, em seções distintas, porém intercorrentes, e lança luz sobre uma temática transversal que envolve a sociedade, os governos, as instituições/organizações públicas e privadas, designadamente: Desenvolvimento socioeconômico; Educação; Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+i); Formulação e Implementação de Políticas Públicas; Bem-estar social.

1015

Palavras-chave: Universidade. Terceira Missão. Desenvolvimento Socioeconômico. Investigação. Desenvolvimento e Inovação (I&D+i). Formulação e Implementação de Políticas Públicas. Bem-estar social.

1 INTRODUÇÃO

Desde suas origens até a atualidade, a Universidade sempre foi confrontada com a necessidade de mudar. Os momentos históricos demonstram as relações de causalidade, especialmente no que refere às mudanças na concepção e ideologia dos Estados e ao conjunto de fatores socioeconômicos e políticos preponderantes para tais transformações.

Por conseguinte, ao longo do tempo, as Universidades foram assumindo missões para além das atividades de ensino. No século XIX foram incorporadas as atividades de

¹ Executivo de Gestão e Operações | Especialista em Gestão Educacional | Especialista em Gestão Comercial, Relacionamento B2B2C e Comunicação Multicanal | Especialista em Políticas Públicas. ORCID: 0000-0003-3696-0815. E-mail: eduardo.moreira.dias@hotmail.com

pesquisa/investigação científica e mais tarde as atividades de extensão, os serviços à sociedade, o que veio a ser denominado como a Terceira Missão da Universidade.

A partir dos anos de 1990 verifica-se um amplo movimento de reformas e de reestruturações das Instituições de Ensino Superior (IES), impulsionado por oportunidades mercadológicas ocasionadas pelo aumento da demanda por formações de nível superior. Paralelamente, ocorre o fenômeno expansionista e depois os movimentos de fusões e incorporações, com o surgimento de grandes grupos educacionais.

Atualmente, as IES estão a passar por um momento conturbado, de ameaças e incertezas, potenciado por diversas variáveis, sobretudo no âmbito macroeconômico, consequentes da pandemia de covid-19.

Este artigo aborda as principais questões pertinentes ao tema através das lentes de investigadores e autores expoentes, em seções distintas, porém intercorrentes, apresenta resposta à pergunta a seguir exposta e lança luz sobre uma temática transversal que envolve a sociedade, os governos, as instituições/organizações públicas e privadas.

Enfim, as Instituições de Ensino Superior, no âmbito das atividades associadas à Terceira Missão, podem desempenhar papéis importantes no contexto dos governos regionais e, conseqüentemente, contribuir de forma inédita e inovadora para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos territórios e na construção de políticas públicas?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os Desafios e as Perspectivas da Universidade – Uma Abordagem Sintética dos Momentos Históricos

“Até meados do século XIX a Universidade ainda se comportava como numa torre de marfim, num “misto de claustro e de guilda medieval”, optou por isolar-se a integrar-se à sociedade. Seletiva, acolhia poucos alunos e orgulhava-se da qualidade dos seus “intelectuais e de seus eruditos”. Até então, a sua missão era acautelar e transmitir o saber” (A. Teixeira, 1964), especificamente no âmbito das profissões de direito, medicina, teologia e disciplinas científicas (Altbach, 2001). Contudo, esse modelo isolacionista e elitista começou a transformar-se com o surgimento das três revoluções: a revolução científica, a revolução industrial e a revolução democrática (A. Teixeira, 1964).

No final do século XVIII e início do século XIX surge a Universidade moderna, cujo advento está associado com as reformas de von Humboldt na Prússia e de Napoleão na França (Neave e van Vught, 1994, citado por Amaral & Magalhães, 2003, p. 2). “Ao longo dos séculos seguintes, a Universidade floresceu como um verdadeiro centro de geração de alto conhecimento nas sociedades. Mas, para tal, ela teve de se reciclar, mudar e se adaptar, em diversos momentos, à realidade a seu redor” (Buarque, 2003, p. 29).

As crises de hegemonia, legitimidade e institucional apontadas por Boaventura de Sousa Santos (1994, 2004, 2008), pelas quais a Universidade foi confrontada ao longo dos tempos parecem não ter fim, sobretudo se considerarmos a confluência das suas especificidades no contexto contemporâneo. Como consequência, no decorrer da história a Universidade foi incorporando missões.

A integração da Universidade à sociedade e aos seus problemas, delineou-se pela inclusão da pesquisa/investigação científica na academia, nomeadamente a partir do aparecimento das novas Universidades alemãs no século XIX (A. Teixeira, 1964). Altbach assevera que no século XIX a pesquisa/investigação científica foi acrescentada às responsabilidades das Universidades e um pouco mais tarde o serviço à sociedade (2001). Boaventura de Sousa Santos (1994) acrescenta que “a centralidade da Universidade enquanto lugar privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenómeno do século XIX, do período do capitalismo liberal, e o modelo que melhor o traduz é o modelo alemão, a Universidade de Humboldt” (p. 168).

A partir dos anos de 1990 verifica-se um amplo movimento de reformas e de reestruturações dos sistemas de educação superior no sentido de melhor atender às novas necessidades das sociedades e ao aumento da demanda de formação superior. A concorrência e a política expansionista levaram à formação de grandes grupos educacionais. As IES começaram a investir na profissionalização dos seus quadros e fomentaram o emprego de conceitos de gestão empresarial, como, por exemplo, a criação de centros de serviços compartilhados, no âmbito da eficiência, e por outro lado, no âmbito da eficácia, incentivaram a captação de receitas próprias com origem em “vendas e prestações de serviços” (Mano & Marques, 2012) que impulsionaram as ligações externas, sobretudo ao meio empresarial e à sociedade, e possibilitaram uma participação ativa na

definição de regras, planos e ações estratégicas, essencialmente através de uma maior articulação com os governos e com os atores sociais.

A Universidade contemporânea está a enfrentar um momento intrincado e a ser confrontada com fenômenos considerados os mais severos desde sempre, a saber:

- A globalização e as transformações tecnológicas, nomeadamente a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;
- A massificação e todas as suas implicações;
- A adoção do modelo de gestão empresarial com ênfase no desempenho e resultados;
- Uma profissão acadêmica cada vez mais internacional e móvel;
- O decréscimo das políticas de financiamento;
- As questões demográficas;
- Os ordenamentos jurídicos;
- O surgimento de redes globais de pesquisa/investigação científica;
- Os cenários macroeconômicos desfavoráveis, sobretudo derivados da pandemia de covid-19.

Não obstante, os movimentos verificados no “mercado” educacional, sobretudo fusões e aquisições, que levaram ao surgimento de “gigantes do negócio mundial da educação”, as expansões internacionais - mediante o estabelecimento de subsidiárias, controladas por instituições de renome internacional e o conseqüente reposicionamento das instituições de ensino superior no mercado educacional internacional (a internacionalização é um domínio de importância estratégica para as Universidades), a oferta de serviços educacionais "on-line" atingindo “clientes” em todas as partes do mundo são realidades que podem gerar implicações contundentes ao ensino superior, tendo em vista que a Universidade poderá ser definida de uma maneira inteiramente nova (Altbach, 2001).

Caraça et al. (1996) advertem a um provável resultado, que deve ser objeto de atenção e análise por parte das instituições, governos e sociedades:

No âmbito do ensino, emerge a necessidade de a Universidade se adaptar às novas exigências de qualificações do mercado de trabalho, desenvolvendo ações de formação profissional e de formação contínua.

Com as crescentes mutações tecnológicas, a exigência de qualificações profissionais mais complexas determina o envolvimento das Universidades, a par de outras instituições vocacionadas para o efeito, no esforço de proporcionarem oportunidades de formação profissional que se adequem aos requisitos da mudança tecnológica;

As mutações tecnológicas introduzem outra consequência: a obsolescência da educação e da formação. Esta consequência exige a dedicação das Universidades para garantir padrões adequados de formação contínua, devidamente articulados com a educação inicial e interagindo com a investigação e as inovações tecnológicas. (p. 1229).

Por conseguinte, verifica-se um amplo movimento de reformas e de reestruturações dos sistemas de educação superior no sentido de melhor atender às novas necessidades das sociedades (Pedrosa, Santos, Mano, & Gaspar, 2012) e, sobretudo, em consonância com a realidade de um tempo de ameaças e de incertezas, para assegurar a própria sobrevivência diante da concorrência.

Todavia, Buarque (2003) considera que “não é a primeira vez que a Universidade se vê confrontada com a necessidade de mudar, mas nunca ela precisou mudar tanto quanto agora” (p. 28).

2.2 Inovação, Universidade e Relação com a Sociedade

Nesse complexo e dinâmico novo mundo, a inovação está a ocupar função preemptória no contexto do desenvolvimento econômico (Śledzik, 2013). Historicamente, a Inovação e seu ciclo podem ser divididos em três etapas, a saber: invenção – existe desde o início da humanidade; imitação ou difusão – habitual nos mercados economicamente promovidos pela produção e terceirização de produtos de consumo e, por fim, a inovação (Santos, Faizon, & Meroe, 2011).

Para Solo (1951) as mudanças tecnológicas compreendem o conjunto de transformações dos conhecimentos disponíveis, que podem ser denominadas invenções e, as mudanças reais nos arranjos tecnológicos, quando o conhecimento existente é aplicado, podem ser denominadas inovações.

“Como resultado dos rápidos avanços que estão sendo feitos em ciência e tecnologia, a inovação tornou-se um conceito-chave na sociedade de hoje” (Knight, 1967, p. 478). A inovação é um instrumento essencial dos empresários, um meio que se emprega para explorar a mudança e aproveitá-la como oportunidade para um negócio ser diferente, sendo possível, ainda, apresentá-la sob a égide de disciplina, aprendê-la e praticá-la (Drucker, 1989). Ainda segundo Drucker (1989), “uma empresa que não inova, envelhece e declina inevitavelmente” (p. 163).

Nesse âmbito, conforme Santos, Fazion e Meroe (2011), a “inovação é estratégia para a sustentabilidade econômica das organizações no século XXI, emergente após a globalização da economia e alternativa para acompanhar a velocidade de demanda por novos produtos, característica da dinâmica contemporânea” (p. 2).

No contexto das organizações públicas, Lee (1970) afirma que “a inovação é o ponto crucial da reforma administrativa, ou seja, a injeção de novas ideias e novas pessoas em novas combinações de tarefas e relacionamentos no processo de política e administração. Este, entretanto, não é um processo automático. Ele exige estratégia, a fim de facilitar a sua adoção e difusão em toda a organização pública” (p. 177).

Nessa perspectiva, para Ven (1986) “a inovação é definida como o desenvolvimento e implementação de novas ideias por pessoas que, ao longo do tempo, comprometem-se em operações com outras pessoas dentro de um contexto institucional” (p. 591).

De forma bastante interessante, Oliveira (1999) contextualiza o papel da inovação no âmbito sociológico. “O mundo não é constituído e movido unicamente por empresas e negócios com objetivos puramente imediatistas, mas também por uma realidade mais complexa, através da qual é comum que os negócios resultem da evolução sociocultural” (J. M. F. C. de Oliveira, 1999, p. 12).

“O efeito da inovação sobre o produto, a produtividade e o emprego é de particular interesse para as políticas de inovação, tanto no âmbito nacional como para setores específicos e regiões. Melhores informações sobre as condições de sucesso poderiam auxiliar o aperfeiçoamento de políticas que visam alcançar benefícios econômicos e sociais provenientes da inovação” (OECD, 1997, p. 52).

“O que chamamos de inovação não é o resultado de um indivíduo isolado, mas o produto de três forças, a saber:

Um conjunto de estruturas sociais (campo) que, de entre as variações produzidas por indivíduos, seleciona as que devem ser preservadas;

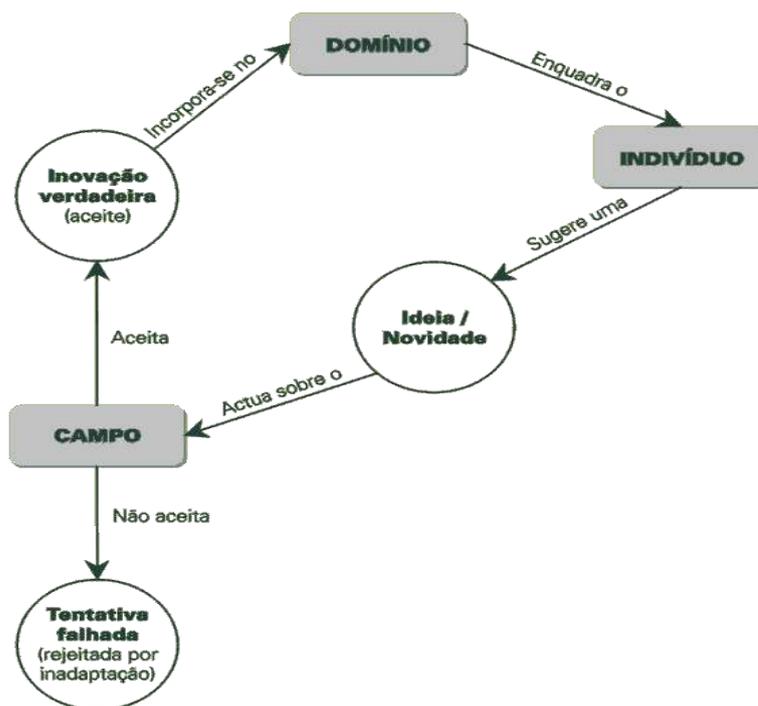
Um domínio cultural estável que preserva e transmite as ideias selecionadas às gerações seguintes;

O indivíduo que promove a mudança no domínio, que o campo aceita como inovadora.

A inovação é um fenômeno que resulta da interação destes três sistemas: sem um domínio culturalmente definido onde a criatividade é possível, o indivíduo nem pode

começar; sem pares que avaliem e confirmem a adaptabilidade da inovação é impossível diferenciar o que é criativo do que é improvável, bizarro ou aberrante” (Csikszentmihalyi, 1988, citado por Oliveira, 1999, p. 14).

Figura 1 - Modelo sociológico da inovação



Fonte: (J. M. F. C. de Oliveira, 1999)

“Nesta definição, encontramos os elementos sociológicos básicos: o campo, o domínio e o indivíduo. A inovação bem sucedida (de entre todas as possíveis como resultado da criatividade) provoca uma mudança no domínio que é aceita e reconhecida pelo campo” (J. M. F. C. de Oliveira, 1999, p. 15). A “inovação é a transformação de ideias e/ou utilização de invenções, de que resultam aplicações úteis conducentes a melhoramentos” (J. M. F. C. de Oliveira, 1999, p. 12).

Conceitos como inovação, Universidade e relação com a sociedade ocupam as agendas de instituições internacionais como a OCDE e a UNESCO e são considerados determinantes para a Universidade do século XXI (Clotet, 2009).

“Entramos em um novo modo de criação de conhecimento onde existe uma ligação muito mais forte entre ciência e tecnologia e onde a inovação será tipicamente resultado da

interação entre a multiplicidade de atores em muitas instituições e locais diferentes. Estes desenvolvimentos apontam para a necessidade de integrar a produção de conhecimento nas Universidades mais estreitamente com o processo de inovação” (Lundvall & Borrás, 1997, p. 157).

Por conseguinte, “a nova forma de pensar sobre a capacidade institucional centra-se sobre as teias de relações envolvidas nas políticas de desenvolvimento urbano, que interligam as agências públicas de desenvolvimento, empresas e institutos de ensino e pesquisa na ação coletiva, sendo assim a capacidade institucional é considerada como parte da capacidade combinatória” (Sotarauta, 2004, p. 43).

No âmbito da trilogia Universidade-Indústria-Governo, a formação de *clusters* impulsiona a inovação, promove a colaboração e gera eficiência. “A teoria dos *clusters* pressupõe papéis públicos que ainda são pouco compreendidos pelas empresas. Tópicos como geografia e localização devem ser observados como fundamentais na gestão. Há uma necessidade premente para reorientar o pensamento sobre estratégia de forma que a localização e a participação dos *clusters* sejam considerados para que os empreendimentos tenham sucesso” (Clark, Feldman, & Gertler, 2000, p. 278).

1022

A região de *Silicon Valley*, na Califórnia, nos Estados Unidos, é um exemplo de *cluster* com concentração de um grande número de empresas de base tecnológica, sendo a Universidade de Stanford reconhecidamente a propulsora do seu surgimento.

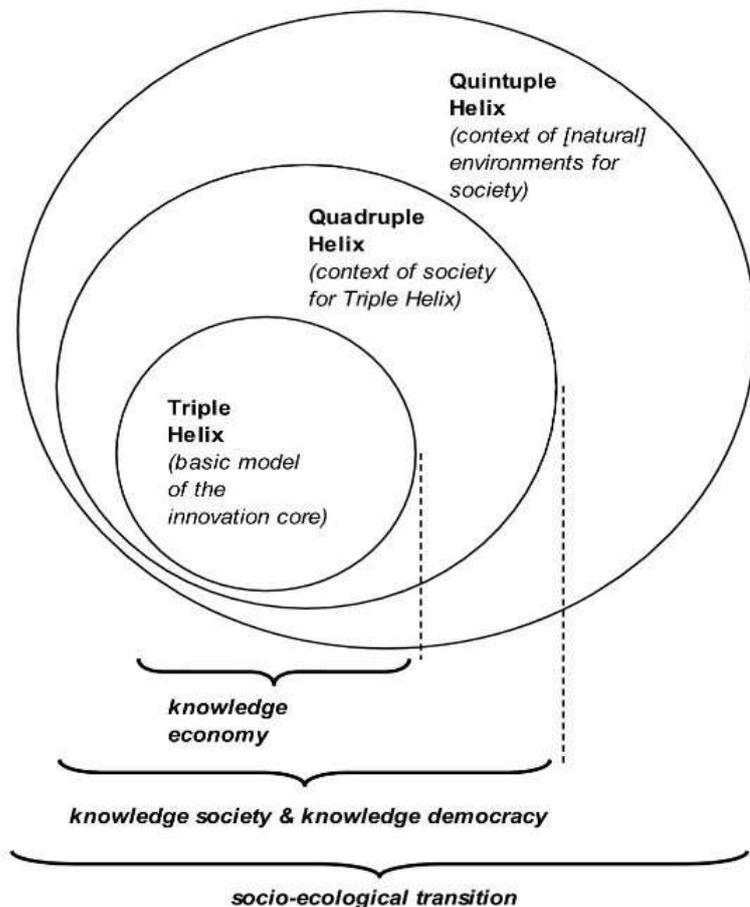
Conforme Castells & Himanen (2002), o Vale do Silício tem sido considerado como o modelo de inovação e de crescimento econômico que as sociedades devem observar para ter sucesso. No entanto, recentemente, o modelo finlandês, igualmente dinâmico em termos tecnológicos e econômicos ao Vale do Silício, mas que combina o sucesso tecnológico e econômico com justiça social e igualdade, o *welfare state* ou estado de bem-estar social, está a atrair a atenção internacional (Castells & Himanen, 2002). Um outro modelo é Singapura que apresenta um ambiente de inovação e desenvolvimento tecnológico considerável (Castells & Himanen, 2002).

O desenvolvimento econômico, a formação de arranjos produtivos, a localização, o papel dos *clusters* e o seu relacionamento com a sociedade devem ser objeto de uma análise aprofundada, com identificação e avaliação de impactos regionais resultantes das

principais transformações nas estruturas produtivas das regiões, incluindo-se aí as prováveis intercorrências das Instituições de Ensino Superior, que são importantes atores dos contextos de desenvolvimento territorial, regional e nacional. Elas promovem oportunidades de desenvolvimento econômico, sociocultural, e, sobretudo, educacional (Fernandes, 2009).

Conseqüentemente, amplia-se a perspectiva de relacionamento da Universidade para muito além da relação Universidade-Indústria-Governo, o chamado modelo *Triple Helix*, e do modelo *Quadruple Helix*, que inclui a sociedade no contexto de aplicação. No modelo *Quintuple Helix*, como observam Carayannis, Barth, & Campbell (2012), as hélices influenciam-se mutuamente e desempenham funções decisivas.

Figura 2 - Modelo Estruturante e Translativo de Produção de Conhecimento e Inovação Baseado nos Contextos Sociais, Ambientais e Institucionais



Carayannis et al., 2012.

Castells & Himanen (2002) consideram que o desenvolvimento socioeconômico das sociedades pode resultar: da integração de esforços, que envolve empresas/indústrias, os empreendedores/inovadores e as Universidades, a exemplo de *Silicon Valley*, e de políticas públicas que promovam o desenvolvimento tecnológico, a exemplo do contexto Finlandês.

Em Portugal, por exemplo, um conjunto de mudanças estruturais promoveram reconfigurações na relação Universidade-Sociedade, sobretudo no âmbito empresarial (Pereira & Pinto, 2012). “Neste contexto a Universidade consolidou rapidamente o estatuto de principal ator na produção de conhecimento científico no panorama nacional. Este papel fulcral, que se aliava à missão central no âmbito do ensino superior, foi alargado ao que tem vindo a ser denominado de Terceira Missão da Universidade” (Pereira & Pinto, 2012, p. 3).

2.3. A Terceira Missão da Universidade

Embora a literatura apresente vários conceitos e definições acerca da Terceira Missão das Universidades, muito tem sido discutido e identificado nesse âmbito.

Para além das tradicionais missões de promover o ensino e a investigação científica, outra incumbência denominada de Terceira Missão passou a integrar as atribuições das Universidades (Koryakina, Sarrico, & Teixeira, 2015; Montesinos, Carot, Martinez, & Mora, 2008).

Segundo Pereira e Pinto (2012), esta missão “designa um conjunto de atividades focadas na transferência de conhecimento entre a Universidade e atores externos” (p. 3) e “ainda não está plenamente compreendida e assumida” (p. 14). Para Jongbloed, Enders e Salerno (2008), por consequência, a Terceira Missão consiste essencialmente em transferência de conhecimento, sendo um termo genérico que se refere a uma ampla variedade de princípios orientadores e de estratégias de desenvolvimento socioeconômico.

“Embora não exista uma definição singular acerca da Terceira Missão, ela pode ser definida, de forma geral, como um terceiro papel, além do ensino e da investigação científica, que se centra especificamente sobre a contribuição ao desenvolvimento regional (Jongbloed et al., 2008, citado por Koryakina et al., 2015, p. 63) ou como uma ampla gama de

atividades envolvendo a geração, o uso, a aplicação, a exploração e transferência de conhecimentos e de outras capacidades inerentes às academias” (Tuunainen, 2005, citado por Koryakina et al., 2015, p. 63).

Para Montesinos et al. (2008), por conseguinte, as Universidades possuem três missões, complementares, a saber: o ensino, a pesquisa/investigação científica e a transferência de conhecimento para as sociedades, que não só acontece através da consultoria tradicional, da produção de teses, de artigos científicos e de patentes, mas também por meio dos programas de educação continuada, de estágios para os estudantes, de cooperação internacional, das intercorrências e conexões entre as unidades de ensino e de investigação da academia nos parques de ciência e tecnologia, considerados essenciais para fomentar e disseminar a transferência de conhecimento. Contudo, há de se considerar, no escopo da Terceira Missão, as dimensões sociais, empresariais (de fomento ao empreendedorismo) e relacionadas ao ambiente de inovação e desenvolvimento (Montesinos et al., 2008).

Para proceder a uma análise mais ampla da evolução do papel das Universidades, no contexto da Terceira Missão, devem ser considerados dois aspectos marcantes da década de 1990: “a globalização e o imperativo da competitividade” (Caraça, Conceição, & Heitor, 1996).

Conforme F. S. Santos e Almeida Filho (2012), a internacionalização universitária, consequência de fenômenos contemporâneos, nomeadamente a globalização da economia e da sociedade, a massificação do acesso ao ensino superior e os programas de mobilidade acadêmica, ganha mais e promissor espaço de desenvolvimento. “A internacionalização da prestação de serviços especializados, da transferência de tecnologia, do empreendedorismo, da inovação e da cultura, abre muitas oportunidades para as Universidades e para as empresas” (F. S. Santos & Almeida Filho, 2012, p. 22).

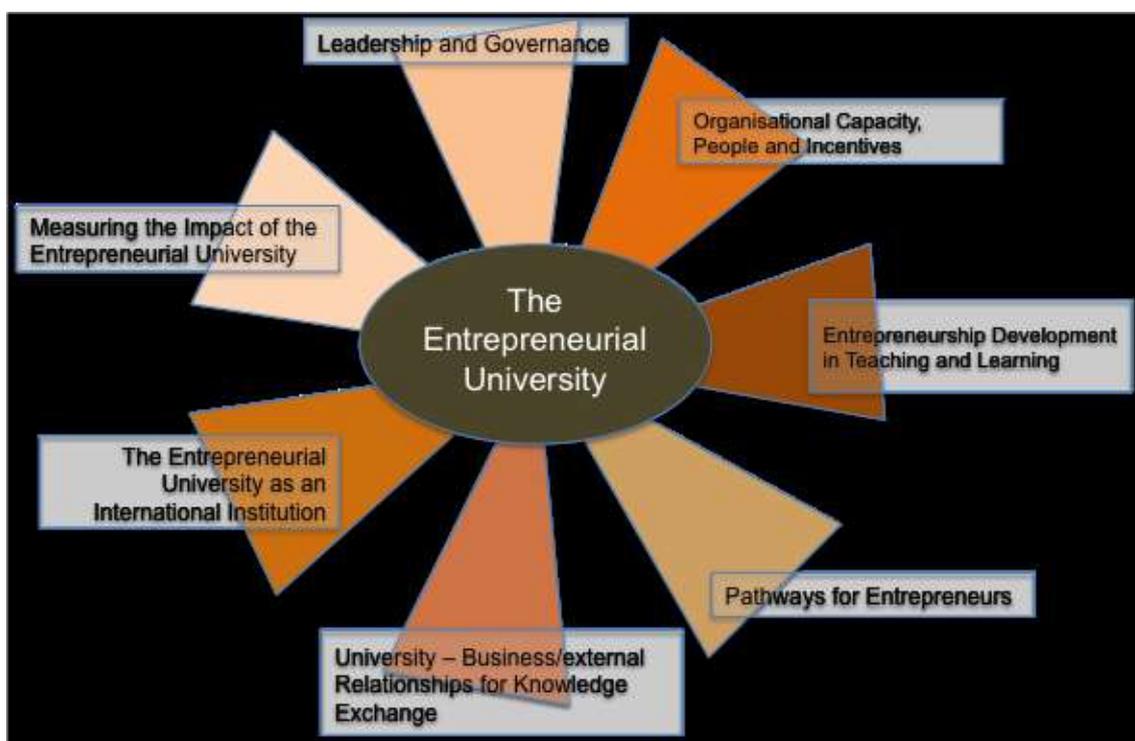
Para Jongbloed et al. (2008), as Universidades em geral estão sendo forçadas a reconsiderar seus papéis sociais e suas relações com os diversos públicos com os quais se relacionam, os chamados *stakeholders*, e potenciar as interações com parceiros industriais e regionais. Para as Universidades, a cooperação extramuros configura-se como um forte componente para demonstrar seus aspectos relevantes e captar recursos adicionais

(Koryakina et al., 2015). Pereira e Pinto (2012) afirmam que, no âmbito da Terceira Missão, as Universidades absorveram atribuições de forma contingencial, muito em função de “pressões exógenas” e para captação de recursos com vistas ao financiamento de projetos.

Segundo Soeiro (2011), a Terceira Missão também está a ser considerada para “refletir as contribuições das Universidades para a sociedade” (p. 1) pois “permitem que as instituições, os governos e a indústria possam entender o desempenho das Universidades, adotar e desenvolver práticas recomendadas e assegurar uma contribuição eficaz e eficiente para a sociedade” (Soeiro, 2011, p. 2).

Considerando que muitas Universidades incluem as expressões liderança e empreendedorismo (sendo que estas têm de ser mais do que simples referências para promover o espírito empreendedor, forte liderança e boa governança) em suas declarações de missão, a OECD (2012) elaborou um quadro orientador às Universidades: *A Guiding Framework for Entrepreneurial Universities*, que apresenta alguns fatores importantes a considerar para a consecução de sucesso nesse aspecto.

Figura 3 – Quadro Orientador Para Universidades Empreendedoras



Fonte: OECD, 2012

Podemos, por conseguinte, depreender que a Terceira Missão tem sido estimulada por uma consciência crescente do papel que as IES podem ou mesmo devem desempenhar, além das missões tradicionais de ensino e de pesquisa/investigação científica (P. N. Teixeira, 2015), designa um conjunto de atividades concentradas nas áreas de Transferência de Tecnologia e Inovação, de Educação Continuada e de “Engajamento Social” (Montesinos, Carot, Martinez, & Mora, 2008), e promove uma ampla gama de prestação de serviços a diversos indivíduos, grupos sociais, organizações e empresas públicas e privadas, comunidades, sociedade, governo (B. de S. Santos, 1994, 2004, 2008).

3 METODOLOGIA

Este estudo é realizado por meio de pesquisa exploratória, na busca de aprofundar os conhecimentos sobre o tema da Extensão Universitária, tratado no artigo como Terceira Missão. Foram utilizados livros, artigos, documentos que propiciassem levantamento bibliográfico e documental sob a ótica da história e da sua aplicação ao longo do tempo. Quanto à coleta de dados, a pesquisa é bibliográfica e documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Instituições de Ensino Superior (IES), no contexto das atividades associadas à Terceira Missão, podem desempenhar papéis importantes para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios. Além disto, as realizações que contribuam efetivamente, pela natureza translativa dos projetos pertinentes, tornam-se um referencial positivo de avaliação pública - o patrimônio mais importante da Universidade - favoreçam os processos de formulação e implementação de políticas públicas e, de forma inovadora, lançam luz sobre um tema transversal àqueles abordados neste artigo, qual seja: ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*.

A criação de núcleos ou unidades de *I&D+i* (Investigação, Desenvolvimento e Inovação), que interliguem as agências públicas de desenvolvimento, empresas e institutos de ensino e pesquisa na ação coletiva, a identificação de Instituições de Ensino Superior e de outras organizações para integrar uma rede de *think thank* internacional em inovação e a

criação de *living labs* internacionais são iniciativas a considerar no plano estratégico de internacionalização.

É importante destacar que os projetos resultantes destas associações podem contribuir também para a formulação e implementação de políticas públicas. As redes epistêmicas ou *networks of knowledge-based experts*, constituídas essencialmente por profissionais com *expertises* e competências reconhecidas em domínios ou assuntos específicos e que, num contexto geral, atuam junto a Estados para produzir políticas públicas, devem também ser compreendidas/consideradas nesta dimensão.

É aconselhável também avaliar a oferta formativa contemporizando-a aos contextos nacional e internacional, designadamente a criação de novos cursos ou formações que possam dar resposta às necessidades do mercado e assegurar padrões adequados de formação contínua, devidamente articulados com as inovações tecnológicas. O relatório “Empregos do Futuro”, apresentado no Fórum Económico Mundial de Davos, assinala as carreiras que deverão surgir em diversas áreas e estão organizadas em sete grupos principais, a saber: *Care Economy, Data and AI, Engineering and Cloud Computing, Green Economy, People and Culture, Product Development, Sales, Marketing and Content*.

De referir que, no Brasil, as IES públicas estão a passar por constrangimentos orçamentários que provocam uma dissonância entre as exigências de eficácia nos resultados e de eficiência nos processos de administração dos recursos financeiros e organização interna. Como se não bastasse, até os recursos para investigação científica são desviados. Recentemente, por exemplo, no dia 21 de setembro de 2021, a Polícia Federal do Brasil deflagrou a Operação Klopês, com o objetivo de apurar esquema de desvio de recursos de projetos de pesquisa financiados pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), vinculada à Universidade de Brasília (UnB), e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De outro lado, as IES particulares, tanto as “faculdades isoladas” quanto as grandes *players* do mercado, têm um desafio mais premente, contundente e “precedente”: assegurar os posicionamentos mercadológicos e a sobrevivência, designadamente através da captação e retenção de alunos. O cenário não é alentador, sobretudo quando observamos os números da evasão escolar no contexto da Educação Básica e os constrangimentos

causados pelo decréscimo de políticas de financiamento governamental aos estudantes para ingresso no ensino superior.

Ressalte-se que estas condicionantes já causam um atraso abismal no que tange ao tema central deste artigo, afora, obviamente, as vocações e missões que permeiam as orientações estratégicas das IES. Enquanto isso, inevitavelmente, respostas concretas ao desenvolvimento socioeconômico ficam relevadas e afetam, sobremaneira, os índices sociais, notadamente o de desenvolvimento humano e bem-estar social.

Por conseguinte, apesar da resposta à questão principal deste artigo ser afirmativa, conforme destacado no primeiro parágrafo desta seção, surgem outras perguntas, designadamente: A natureza jurídica das IES influencia o desenvolvimento das atividades no âmbito da Terceira Missão? A implantação de IES constitui um marco importante no desenvolvimento socioeconômico dos territórios? As IES funcionam como um mecanismo indutor de desenvolvimento local e regional? É viável para as IES colaborarem com os governos locais, promoverem sinergia entre os diversos atores regionais e auxiliarem na formulação e implementação de políticas públicas? Como é que os docentes e pesquisadores/investigadores percebem a influência do estatuto jurídico da instituição nas atividades que desenvolvem associadas à Terceira Missão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altbach, P. G. Higher education and the WTO: Globalization run amok. *International Higher Education*, 23(Spring), 2-4, 2001
- Amaral, A., & Magalhães, A. The Triple Crisis of the University and its Reinvention. *Higher Education Policy*, 16(2), 239-253. <http://doi.org/10.1057/palgrave.hep.8300018>, 2003
- Buarque, C. A Universidade Numa Encruzilhada. In E. Appel (Ed.), *A Universidade Numa Encruzilhada: Seminário Universidade: por que e como reformar?* (pp. 23-65). Brasília, Brasil: Edições Unesco Brasi. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968POR.pdf>, 2003
- Caraça, J. M. G., Conceição, P., & Heitor, M. V. Uma Perspectiva sobre a Missão das Universidades. *Análise Social*, 31(139), 1201-1233. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/>, 1996
- Carayannis, E. G., Barth, T. D., & Campbell, D. F. The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation. *Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 12. <http://doi.org/10.1186/2192-5372-1-2>, 2012

- Castells, M., & Himanen, P. The information society and the welfare state: The Finnish model. New York. Retrieved from <https://books.google.pt>, 2002
- Clotet, J. Apresentação. In J. L. N. Audy & M. C. Marosini (Eds.), *Inovação, Universidade e relação com a sociedade* (pp. 10-11). Retrieved from <http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacao.pdf>, 2009
- Clark, G. L., Feldman, M. P., & Gertler, M. S. *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford: Oxford University Press. Retrieved from <https://books.google.pt>, 2000
- Drucker, P. *Inovação e Gestão: uma nova concepção de estratégia de empresa* (3rd ed.) Lisboa: Presença, 1989
- Fernandes, J. M. S. R. O impacto económico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança. Instituto Politécnico de Bragança. Retrieved from http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10535/1/TESE_DOUTORAMENTO_JOANA_FERNANDES.pdf, 2009
- Jongbloed, B., Enders, J., & Salerno, C. Higher education and its communities: Interconnections, interdependencies and a research agenda. *Higher Education*, 56(3), 303-324. <http://doi.org/10.1007/s10734-008-9128-2>, 2008
- Knight, K. E. A Descriptive Model of the Intra-Firm Innovation Process. *The Journal of Business*, 40(4), 478-496. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2351630>, 1967
- Koryakina, T., Sarrico, C. S., & Teixeira, P. N. Universities' Third Mission Activities. In E. Reale & E. Primeri (Eds.), *The Transformation of University Institutional and Organizational Boundaries* (pp. 63-82). SensePublishers. http://doi.org/10.1007/978-94-6300-178-6_4, 2015
- Lee, H. B. An Application of Innovation Theory to Strategy of Administrative Reform in Developing Countries. *Policy Sciences*, 1(2), 177-189. <http://doi.org/Doi10.1007/Bf00145204>, 1970
- Lundvall, B.-Å., & Borrás, S. The globalising Learning Economy: Implications for Innovation Policy. European Commission, Luxembourg, (December). Retrieved from <https://scholar.google.pt>, 1997
- Mano, M., & Marques, M. da C. da C. Novos modelos de governo na Universidade pública em Portugal e competitividade. *Revista de Administração Pública*, 46(3), 721-736. <http://doi.org/10.1590/S0034-76122012000300005>, 2012
- Montesinos, P., Carot, J. M., Martinez, J., & Mora, F. Third mission ranking for world class universities: Beyond teaching and research. *Higher Education in Europe*, 33(2-3), 259-271. <http://doi.org/10.1080/03797720802254072>, 2008

OECD. Manual de Oslo: Diretrizes para a Coleta e Interpretação de dados sobre Inovação. OCDE, Eurostat e Financiadora de Estudos e Projetos. FINEP. Retrieved from <http://www.finep.gov.br/>, 1997

OECD. A Guiding Framework for Entrepreneurial Universities. OECD & European Commission. Retrieved from <https://www.oecd.org>, 2012

Oliveira, J. M. F. C. de. Gestão da Inovação. (Sociedade Portuguesa de Inovação, Ed.) (1st ed.). Porto: Principia Publicações Universitárias e Científicas, 1999

Pedrosa, J., Santos, H. C., Mano, M., & Gaspar, T. Novo Modelo de Governança e Gestão Das Instituições de Ensino Superior em Portugal: Análise dos Usos do Modelo em Instituições Públicas. In *Autonomia e Governança das Instituições Públicas de Ensino Superior* (p. 159). Aveiro, Portugal. Retrieved from <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/49-estudo-cne-sobre-o-rjies>, 2012

Pereira, T. S., & Pinto, H. Institucionalização da Transferência de Conhecimento: Políticas Públicas e Formação De Actores-Rede na Universidade Portuguesa. In VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crise e Reconfigurações (p. 16). Porto. Retrieved from http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1260_ed.pdf, 2012

Santos, B. de S. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1994

Santos, B. de S. A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Cortez. Retrieved from <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/aUniversidadedosecXXI.pdf>, 2004

Santos, B. de S. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Retrieved March 27, 2016, from <http://hdl.handle.net/10316/12122>, 2008

Santos, F. S., & Almeida Filho, N. de. A Quarta Missão da Universidade: Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento. Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora da Universidade de Brasileira. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0573-9>, 2012

Santos, A. B. A. dos, Faizon, C. B., & Meroe, G. P. S. de. Inovação: Um Estudo Sobre a Evolução Do Conceito De Schumpeter. *Caderno de Adimistração*, 5, 1–16. Retrieved from <http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/6623>, 2011

Śledzik, K. Schumpeter's View on Innovation and Entrepreneurship. *Management Trends in Theory and Practice*, 89–95. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2257783>, 2013

Soeiro, A. A terceira missão das Universidades: indicadores. In Congresso FEUP 2011. Porto. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/56755>, 2011

Solo, C. S. Innovation in the Capitalist Process: A Critique of the Schumpeterian Theory. *The Quarterly Journal of Economics*, 65(3), 417–428. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/1882222>, 1951

Sotarauta, M. Strategy Development in Learning Cities. Tampere, Finlândia. Retrieved from <http://www.uta.fi/haku.php>, 2004

Teixeira, A. A Universidade de Ontem e de Hoje. Retrieved March 23, 2016, from <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/ontem.html>, 1964

Teixeira, P. N. Extensão Universitária na Europa: A Terceira Missão. In Revista Brasileira de Extensão Universitária (Vol. 6, pp. 59-62), 2015

Ven, A. H. Van de. Central Problems in the Management of Innovation. Management Science, 32(5), 590-607. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2631848>, 1986